

# **PESCA E AGRICULTURA NA AMAZÔNIA: A INTEGRAÇÃO DE UMA COMUNIDADE RURAL AO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA<sup>1</sup>**

*Raymundo Heraldo Maués<sup>2</sup>*

*Maria Angélica Motta Maués<sup>2</sup>*

**RESUMO** - Os autores procuram caracterizar a economia de uma comunidade do litoral do Pará, Itapuá, no município de Vigia, cujos habitantes se dedicam à pesca artesanal e à agricultura de subsistência, onde é marcada a diferenciação social com base no sexo, o que se traduz também na divisão do trabalho vigente no lugar: a pesca como atividade masculina por excelência, enquanto a agricultura é concebida como atividade que compete às mulheres. As relações de produção não capitalistas no interior da comunidade - cuja população se compõe basicamente de camponeses (pequenos proprietários e arrendatários), pescadores autônomos e parceiros - articulam-se com a economia de mercado em vigor na sede do Município e outras partes do Estado, estabelecendo-se uma cadeia de relações de dependência que, a nível regional, tem seu elo extremo na cidade de Belém, local até onde chega uma parte do peixe capturado pelos pescadores, de onde também os habitantes de Itapuá recebem grande parte dos bens de consumo que não produzem localmente, e para onde se dirigem muitos deles que tentam realizar projetos de ascensão social.

**PALAVRAS-CHAVE:** Pesca artesanal, Agricultura, Agricultura de subsistência, Campesinato, Pescadores, Capitalismo.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no IV Encontro do Grupo "Agricultura na Amazônia", do Projeto de Intercâmbio de Pesquisa Social em Agricultura (PIPSA), realizado em Porto Velho-RO, de 22 a 24/11/79, sob o título "Agricultura, Pesca e Dependência".

<sup>2</sup> Universidade Federal do Pará. NAEA. Deptº de História e Antropologia.

**ABSTRACT** - *Fishing and agriculture in the Brazilian Amazon. Integration between a rural community and a capitalist way of production. The authors intend to point to the economic basis of a riverine settlement in Northeastern part of State of Pará, namely Itapuá, in the County of Vigia. Itapuá inhabitants make a living from fishing as well as from subsistence agriculture. There are social differences among them; these are based on sex roles as well as on division of labor. Fishing is a male task while agriculture is a female one. Within the community, non capitalist relationships of production keep links to the market system; peasants, small owners and farmers or renters interact with the county seat and other State locations. The fish they catch is transported to the Capital city of Belém to which most of their endeavors for social upward mobility is tied and from which many goods are imported.*

**KEY WORDS:** Fishingcraft, Agriculture, Subsistence agriculture, Peasantry, Fishermen, Capitalism.

## INTRODUÇÃO

A realização de um estudo sobre os hábitos e ideologias alimentares numa pequena povoação (617 habitantes) de pescadores do litoral do Estado do Pará - Itapuá, pertencente ao Município de Vigia - levou-nos à análise dos processos de obtenção do alimento e, conseqüentemente, ao exame das atividades econômicas de uma população voltada para a pesca e a agricultura<sup>3</sup>.

Nossa análise parte da crítica da noção de economia de subsistência, a qual não leva suficientemente em conta a questão da organização da produção, isto é, como as sociedades humanas têm acesso aos recursos naturais, para transformá-los em bens econômicos dotados de valor de uso e/ou troca, e quais os direitos envolvidos na apropriação do produto final. Ademais essa noção tende a nos colocar de maneira não crítica diante da questão do "excedente econômico" de uma economia "pré-capitalista" (camponesa, tribal, etc.) no tocante às trocas que se efetivam internamente, ou em relação com o sistema mais abrangente no qual se inserem. (Godelier 1974:80-82; Siskind 1978:862 e Woortmann 1978:5-6).

Com efeito, numa comunidade como Itapuá, onde vigoram relações econômicas não-capitalistas, que podem ser assimiladas a um modo de produção camponesa (não obstante a atividade principal ser a pesca), o sistema econômico está relacionado ao modo de produção capitalista dominante, condicionando a sua população ao desenvolvimento de estratégias de sobrevivência voltadas para a produção de valor de troca (o peixe como mercado-

---

<sup>3</sup> Pesquisa realizada com apoio financeiro da FINEP, em consonância com o projeto "Hábitos Alimentares em Grupos Sociais de Baixa Renda" (Matta & Oliveira 1974; Maués & Maués 1976; Velho 1977 e Woortmann 1978). Muitas das idéias apresentadas no presente trabalho decorrem da análise de Woortmann, que elaborou o relatório final do projeto, com os resultados dos estudos parciais dos vários pesquisadores nele participantes.

ria a ser vendida no mercado) destinado basicamente à obtenção de dinheiro capaz de adquirir aquilo que, não sendo produzido localmente, é fundamental para o consumo. Portanto, a participação num economia de mercado, através da troca, realiza-se não através de um "excedente" cuja venda se destina a um processo de acumulação, mas sim através de uma parcela do produto, que não podendo ser integralmente consumida como valor de uso (uma espécie de excedente "compulsório", pelas próprias exigências do mercado), se transforma em mercadoria, cuja comercialização permite adquirir outros valores de uso indispensáveis (roupas, sal, açúcar, querosene, rádios de pilha, lanternas, anzóis, facões, fio de *nylon*, etc.).

## PESCA E AGRICULTURA ARTESANAIS

A caracterização do modo de produção vigente em Itapuá implica considerar, inicialmente, a importância da divisão sexual do trabalho, pela qual a pesca surge como atividade masculina por excelência, enquanto a agricultura é concebida como trabalho feminino.

A pesca possui, para todos os membros da comunidade, uma carga valorativa incomparavelmente maior que a agricultura. A pesca é a grande atividade, o que se traduz muito bem na frase sempre repetida pelos moradores: "A lavra aqui é a pesca". Por outro lado, dela não participam em hipótese alguma as mulheres<sup>4</sup>. Essa ausência de participação não se verifica apenas no que diz respeito à atividade em si, isto é, à captura do peixe, mas a todas as tarefas que estão de alguma forma ligadas àquela, como o manuseio dos instrumentos de pesca e, até mesmo, o trato do peixe quando chega do mar e deve ser repartido para quem tem direito a uma parte dos frutos da pescaria. É mesmo comum, embora não se trate de um aspecto rígido, que a salga do peixe seja feita pelo próprio pescador, quando chega do mar, depois de retirada a parte que deverá ser logo consumida.

A agricultura assume um caráter de atividade subsidiária, surgindo na percepção das pessoas como um elemento de apoio no que se refere à necessidade de provisão de alimentos, uma vez que a farinha de mandioca, principal produto agrícola do local, compõe, juntamente com o peixe, a dieta básica da população<sup>5</sup>. A atividade agrícola é desenvolvida em grande parte pelas mulheres e, embora algumas etapas desse trabalho sejam executadas com a participação dos homens, ela é definida e concebida por todos como feminina.

---

<sup>4</sup> Referimo-nos aqui ao caso específico de Itapuá. Em relação a mulheres residentes em outros lugares do Município, muito excepcionalmente pode-se encontrar algumas que, de modo eventual, participam de pescarias de curta duração.

<sup>5</sup> Outros produtos agrícolas de importância secundária são o milho, a laranja e, em menor escala, o arroz. O regime alimentar da população se completa, além da farinha de mandioca e do peixe, com o consumo eventual de frutas (sobretudo o açaí, a bacaba e a laranja), além do caranguejo, siris, camarão, turu, etc. A laranja teve, no passado, uma importância muito considerável na produção local, tendo decaído em virtude de problemas ligados às dificuldades de transporte e comercialização (estes dados sobre a importância da laranja em Itapuá foram fornecidos através de comunicação pessoal de Iraci Gomes Palheta).

## RELAÇÕES DE TRABALHO NA AGRICULTURA

Os principais meios de produção, no que diz respeito à agricultura de Itapuá, são o “mato” e o forno. As pessoas que são proprietárias de ambos, ou de apenas um deles, estão em situação de vantagem em relação às que não os possuem, pois estas ficam dependendo daqueles meios para poderem “botar” sua roça ou fazer sua farinha.

E embora nem todos possuam mato, isto é, uma área de terra que se utiliza para fazer a roça, esse fato não chega a causar maiores problemas, pois sempre há algum parente ou amigo que, possuindo essa propriedade, permite o seu uso por outros, através de uma das modalidades de relação de trabalho mais utilizadas pelos itapuenses, a “meiada”

No seu caráter geral, a meiada implica o seguinte: a pessoa que não tem mato para fazer uma roça ou, mesmo o possuindo, deseja aumentar sua produção, pede o mato para quem tem em maior quantidade, estabelecendo-se assim um sistema de parceria, em que o proprietário é compensado com o produto ou com o trabalho do não proprietário. Outras formas de relações de trabalho vigentes na agricultura incluem a “empleita” (contrato por tarefa, pago em dinheiro), a “diária” (pagamento por dia de serviço) e o “ajutório” ou “troca de serviço” (em que as pessoas são contratadas para realizar certas tarefas agrícolas em troca de uma ajuda equivalente em suas próprias roças).

O uso do forno para fazer a farinha também acarreta certas obrigações, das pessoas que não o possuem para com seus proprietários, como acontece com o caso do mato. Em Itapuá são bem poucas as pessoas que possuem esse meio indispensável para a produção da farinha de mandioca; sendo assim, a grande maioria depende dos que possuem forno (15 pessoas ao todo) para a etapa final do trabalho nas roças. Para usar o forno de outrem a pessoa tem que “pagar na farinha”, isto é, de cada “fornada” que é feita, 1 kg é para o dono do forno. Assim, por exemplo, se a quantidade de mandioca der para colocar seis vezes a massa no forno, o dono receberá 6 kg de farinha.

O ciclo de trabalho na roça inclui as seguintes atividades: preparação do terreno (derrubada, queima e coivara), plantio, cuidado e limpeza da roça, colheita e preparação da farinha. O homem participa ativamente das três etapas da preparação do terreno e do plantio da mandioca, deixando de pescar por alguns dias, o que é amplamente compensado em termos de sua estratégia de sobrevivência; pode também ajudar na colheita e no preparo da farinha. Mas a tarefa mais longa, que se arrasta por vários meses, a do cuidado e limpeza da roça, enquanto se desenvolvem as plantas cultivadas, é trabalho do qual se incumbem as mulheres, e onde só excepcionalmente a mão-de-obra masculina tem participação. Trata-se desse trabalho desenvolvido continuamente pelas mulheres na roça que justifica a concepção da agricultura como tarefa feminina.

Na fase do plantio é que surge, usualmente, o trabalho comunitário na agricultura. No dia em que se vai plantar a mandioca, a “dona da roça” convoca um bom número de pessoas, algumas das quais são muitas vezes parentes (filhas casadas, netas, sobrinhas, etc.). As pessoas convocadas que não são parentes recebem pagamento em dinheiro ou em serviço, isto é, a dona

da roça se compromete em ajudá-las na mesma ou em outra tarefa em sua roça ("ajutório" ou "troca de serviço").

Na manhã do dia em que se faz o plantio todos os que vão ajudar se reúnem bem cedo na casa da dona da roça para seguirem juntos para o local. Antes de iniciarem o trabalho, é servido o café com farinha de mandioca para todos e, mais tarde, pelo meio da manhã, é oferecida a "merenda", que consta geralmente de um mingau preparado com arroz (ou farinha de mandioca) e leite de côco. O almoço é por conta dos trabalhadores, mas normalmente a dona da roça costuma reunir os membros de sua "família" (parentes), que estão participando do trabalho, para almoçarem em sua casa. À tarde, se o trabalho continua, é servido mais um café.

A essa reunião de pessoas para fazer o plantio dá-se, em Itapuá, o nome de "putirum" (mutirão) e as pessoas dizem que, em tempos passados, ninguém recebia dinheiro por isso; o sistema funcionava como um grande círculo de trocas em que uns prestavam serviços espontaneamente nas roças de outros. Hoje, eles falam, isso não acontece, pois mesmo quem não recebe em dinheiro "cobra" a ajuda prestada em forma de trabalho em sua roça.

O sistema produtivo, no tocante às roças de Itapuá, relacionando proprietários e não proprietários dos meios de produção, apresenta características peculiares; não existe entre eles uma relação de dependência ou sujeição, nem tampouco ele se configura como de patrão-empregado, caracterizando-se o sistema por possuir um grau elevado de informalidade nessas relações de trabalho, na forma como se apresentam na comunidade. Mesmo as pessoas (geralmente mulheres) que vendem sua força de trabalho, para atuar como diaristas na atividade agrícola, só o fazem eventualmente, por períodos limitados, pois normalmente têm suas próprias roças e, muitas vezes, mais tarde, contratam aquelas mesmas pessoas que as contrataram, também como diaristas, para trabalhar nas roças que possuem.

## RELAÇÕES DE TRABALHO NA PESCA

Como acontece em todo o município de Vigia, a pesca desenvolvida pelos moradores de Itapuá é marcadamente artesanal, feita com o emprego de instrumentos rudimentares, métodos de conservação que se reduzem praticamente à salga, relações de trabalho caracterizadas pela parceria e sistema de comercialização que sempre traz mais vantagens aos não pescadores ("aviadores" e "marreteiros" ou "aparadores").

A área onde potencialmente atuam os pescadores de Itapuá é a mesma onde também trabalham outros pescadores do Município e de municípios vizinhos. Essa área abrange a foz do rio Pará, entre a ilha do Marajó e o continente, as costas da mesma ilha, a foz do Amazonas e o litoral do Amapá (IDESP 1968:9-10). Na realidade, porém, na época em que residimos na comunidade, nenhum dos pescadores locais se encontrava engajado em pescarias que exigissem um deslocamento a distâncias maiores do que costa da ilha de Marajó.

As relações de produção vigentes em Itapuá, como de resto em várias comunidades de pescadores do Município de Vigia, não são essencialmente

diferentes de outras observadas em partes distintas do litoral brasileiro, como no Nordeste. (cf. os trabalhos de Forman (1972) sobre a Paraíba e Peirano (1975) sobre o Ceará).

A pesca, em Itapuí, é geralmente feita em grupos de dois a quatro pescadores, em pequenas embarcações a vela chamadas reboques, com a utilização de redes de malhar. As montarias a remo são usadas com menos frequência, ocorrendo o mesmo no que se refere às pescarias com anzol. A tripulação do reboque compõe-se do "encarregado" e um ou mais "camarados". O encarregado é o responsável por todas as operações da pesca, inclusive no que se refere às decisões que devem ser tomadas ou às transações que se efetuam para a comercialização do peixe. Devido a isso, o encarregado, quando não é o proprietário do reboque, deve ser alguém de sua confiança e, então, o escolhido é algum parente (um compadre estaria incluído nessa categoria) ou mesmo um amigo. Para a escolha dos camarados o parentesco também funciona como critério, embora em menor escala. Nesse caso um outro fator que influi na escolha é a necessidade que alguém tenha de trabalhar para sustentar a família; devido a esse fator, os homens solteiros, sem responsabilidades de dependentes, quase sempre serão preteridos para dar vez a outros com situação contrária à sua.

Dos 87 pescadores de Itapuí, 20 possuem embarcações de pesca (reboques e montarias) e apenas 15 são proprietários de redes de malhar; um número menor de não pescadores (comerciantes, carpinteiros) também são donos de redes e embarcações. Os pescadores que possuem canoas de pesca e/ou redes gozam de uma situação privilegiada, por causa do sistema de parceria, que determina uma divisão dos resultados da captura que favorece ao proprietário dos meios de produção.

Assim, 50% do obtido numa pescaria, depois de descontadas as despesas, pertence à canoa e à rede (isto é, a seus proprietários). Se a canoa e a rede pertencerem a um único indivíduo, ele recebe a metade do lucro líquido da pescaria. Mas é possível que a canoa pertença a uma pessoa e a rede a outra. Neste caso, cada uma receberá 25%. Retirando-se os 50% pertencentes à canoa e à rede, os outros 50% serão divididos igualmente entre os membros da tripulação (encarregados e camarados). O encarregado pode ainda receber uma "gratificação" da parte do dono da canoa, sem que haja uma percentagem estipulada; essa gratificação normalmente só é paga quando a produção foi compensadora e não houve nenhum prejuízo, não sendo, pois, obrigatória. Pode ocorrer que o proprietário da canoa e/ou da rede seja um dos tripulantes e, assim, além dos 50 ou 25%, conforme o caso, ele também receberá sua parcela como membro da tripulação. Nos casos em que o pescador não detenha a propriedade dos meios de produção (canoa e/ou rede), ele se subordina a um dos dois patrões, sendo mais frequente que o patrão seja um só, detendo sozinho a propriedade desses meios.

O aviamento dos pescadores é feito por comerciantes de Itapuí, principalmente uma mulher, que possui a casa de comércio mais forte da comunidade<sup>6</sup>. O aviamento consiste no fornecimento da "despesa" para a pescaria

<sup>6</sup> Trata-se de uma viúva, que herdou o comércio do marido, e conseguiu fazê-lo prosperar.

(sal, café, farinha, carvão e querosene), além de uma conta que fica aberta no comércio para o fornecimento de outros gêneros à família do pescador. Este aviamento é fornecido não só aos pescadores, mas também aos proprietários de canoas de pesca que não possuem comércio. O pagamento da "despesa" deve ser feito pelo proprietário da canoa e da rede, não sendo de responsabilidade do simples pescador. Durante a semana, na ausência do pescador, a família pode "aviar-se" no comércio, isto é, comprar a crédito, mas geralmente evita fazer isso, se possui uma dívida considerada muito grande.

Por várias razões, que alinharemos a seguir, não se verifica, em Itapuá, uma dependência estrita entre aviador e aviado, como ocorre em outras partes da Amazônia e, mesmo, no caso dos pescadores residentes na cidade de Vigia.

Em primeiro lugar, as pescarias de Itapuá são de curta duração (no máximo uma semana) e sempre permitem a volta do pescador com relativa rapidez, para atender às necessidades domésticas, quando necessário. Além disso, a "despesa" da pescaria é bastante reduzida e de valor relativamente pequeno, em razão mesmo de sua curta duração. Uma parte dessa "despesa", a farinha, é normalmente fabricada pelo pescador e sua família, com o produto da roça que possui, sendo que o peixe, consumido durante a pescaria, é fornecido pelo mar. Por outro lado, a família do pescador consegue de alguma forma manter-se durante sua ausência, pois geralmente dispõe de farinha de sua própria roça e o pescador, antes de partir, já deixou uma pequena quantidade de peixe para o consumo da semana. Caso ele viaje sem deixar o peixe para a família, normalmente volta depois de um dia para deixá-lo ou, havendo oportunidade, manda-o por alguém que esteja de regresso à comunidade. Outro fator importante que concorre para a flexibilidade do sistema de aviamento diz respeito aos circuitos de reciprocidade vigentes em Itapuá, de que trataremos mais abaixo.

No caso da cidade de Vigia, entretanto, a relação de dependência e sujeição do *pescador* (aviado) para com o *patrão* (aviador) configura-se de modo efetivo, por outras razões - sobretudo a ausência do sustentáculo da roça, com que não conta o pescador cidadão -, especialmente nas pescarias de longa duração (pescadores do Norte, que trabalham na altura do Cabo Norte), em que o produtor direto permanece durante três ou mais meses longe de casa, dedicando-se à captura de guriyuba. Por outro lado, o sistema social vigente na cidade de Vigia difere do de Itapuá, favorecendo naquela o aparecimento de relações de produção de caráter mais impessoal, onde as diferenças de classe e de *status* econômico entre patrões (que geralmente acumulam os papéis de comerciante com casa de comércio montada, aparador e aviador) e pescadores (simples aviados) são muito acentuadas. No caso do pescador itapuaense, como veremos a seguir, é através do sistema de comercialização do pescado, isto é, no momento em que ele se obriga a participar de uma economia de mercado, que irá se concretizar a sua dependência econômica.

## VALOR DE USO E DE TROCA. A COMERCIALIZAÇÃO DO PESCADO

Em última análise, tanto a agricultura como a pesca de Itapuá estão voltadas para a produção de valor de uso, isto é, aquilo que o grupo doméstico produz para atender às suas necessidades de consumo. Pode-se, pois, caracterizar o sistema produtivo local como economia de aprovisionamento, a despeito das trocas que se estabelecem, interna e externamente, desde que as mesmas existam, como já dissemos acima, não no sentido de lucro ou acumulação capitalista, mas sim voltadas para o consumo.

No interior da comunidade criam-se de fato certos excedentes usados na troca não monetária, através de circuitos de reciprocidade. Assim, tanto o produto da pesca como o da agricultura circulam entre parentes, compadres, vizinhos e amigos, a não ser os que morem muito distante, chegando às vezes os doadores, no caso do peixe, a ficar apenas com o necessário para uma refeição, por terem repartido tudo o que o pescador acabou de trazer do mar. Essas doações são feitas independentemente de a pessoa que recebe precisar ou não, pois mesmo que todos tenham peixe ou farinha, as trocas são realizadas. Mas tornam-se quase compulsórias no caso de se saber que um parente, amigo ou vizinho está em necessidade, por não poder trabalhar ou por uma outra razão qualquer. Em casos de maior necessidade, até dinheiro é oferecido à pessoa, não como empréstimo, mas como doativo. Quem recebe a doação, seja de alimento ou de qualquer outro bem, não pode recusá-la e, assim que se apresenta a oportunidade, deve retribuí-la com doação equivalente.

Externamente, a participação numa economia de mercado se dá através da comercialização de uma parcela do peixe capturado. O peixe é vendido pelo pescador no próprio mar, aos chamados "marreteiros", que o procuram diariamente no final da tarde, em embarcações motorizadas. Normalmente ele é vendido fresco e levado para a cidade de Vigia, onde costuma ser revendido a um comerciante (também chamado de marreteiro ou "aparador"), que dispõe de meios para sua refrigeração ou salga e o faz chegar ao consumidor.

Há aparadores que residem na cidade de Vigia e outros se deslocam de cidades maiores (especialmente Belém) para comprar o peixe. Na época em que foi iniciada esta pesquisa (1975/76) funcionava na cidade um frigorífico, com proprietário residente em Belém, administrado por um gerente, que servia também como aparador; hoje não mais existe esse frigorífico e se está montando, com patrocínio da SUDEPE, um Entrepósito de Pesca para receber o produto. Não dispondo de frigorífico, os aparadores são obrigados a comprar gelo em uma fábrica existente na cidade. Entretanto, uma boa parte do peixe é salgado para poder ser conservado.

Os marreteiros que compram o peixe diretamente no mar, via de regra estão ligados a um aparador na cidade de Vigia, trabalhando sob "compromisso". Isto significa que o aparador adianta dinheiro ao marreteiro, financiando a compra do peixe, e este fica obrigado a revendê-lo somente àquele comerciante; poucos são os que trabalham de maneira independente, com

seus próprios recursos.

Ao comprar o peixe do marreteiro o aparador é obrigado a vender uma parte (30%) ao consumidor da cidade de Vigia, podendo o restante ser enviado para outras cidades. Essa obrigação se aplica também aos aparadores não residentes em Vigia, sendo uma determinação da Prefeitura, fiscalizada pela Polícia local. Na prática, essa norma é sempre desrespeitada, encontrando os aparadores vários meios de burlá-la, em vista dos maiores preços que podem obter pelo pescado enviado a Belém, Castanhal e outras cidades.

A polícia tabela os peixes a serem vendidos no mercado da cidade, o que em parte contribui para regular os preços do peixe vendido no mar pelos pescadores. Não obstante, o produto vendido no mar não está sujeito a nenhuma tabela e sofre uma variação muito grande no seu preço, dependendo da maior ou menor quantidade de peixe que está sendo capturada no Município e em municípios vizinhos (Tabela 1).

Tabela 1 - Preços do peixe fresco vendido no Mercado Municipal por classes, em comparação com o que os marreteiros pagavam no mar, em média, aos pescadores, em setembro de 1976.

| CLASSES DE PEIXES                                                                           | PREÇOS (em Cr\$)                      |                                                   |
|---------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------|---------------------------------------------------|
|                                                                                             | MERCADO MUNICIPAL<br>(TABELA OFICIAL) | MÉDIA DOS PREÇOS<br>PAGOS NO MAR ÀS<br>PESCADORES |
| <b>1ª classe</b> (camorim, enxova e pescada amarela)                                        | 7,00                                  | 5,00                                              |
| <b>2ª classe</b> (corvina, pescada branca, tainha e filhote)                                | 6,00                                  | 4,50                                              |
| <b>3ª classe</b> (guriuba, dourada, xaréu, serra e pirapema)                                | 5,00                                  | 3,50                                              |
| <b>4ª classe</b> (piramutaba, mero, uritinga, sarda, pratiqueira, dentuça, tamoatá e bagre) | 4,00                                  | 2,50                                              |
| <b>5ª classe</b> (cangatá, cambéua, bandeirado, bacu, pacamom, mapará, timbira e outros)    | 3,00                                  | 1,00                                              |

Os marreteiros que compram o peixe no mar, se inqueridos a respeito, declaram que seu lucro é bastante reduzido (em setembro de 1976, cinquenta centavos por kg, não importando a classe ou categoria do pescado); o mesmo dizem os aparadores. Na realidade, esses lucros podem ser bem maiores, dependendo de alguns fatores. O marreteiro que trabalha com "compromisso" geralmente lucra muito pouco ou, na verdade, não tem lucro nenhum, porque sua dívida sempre aumenta junto ao "patrão", do qual dificilmente se liberta. O marreteiro que trabalha por conta própria, se for hábil em seus negócios, pode prosperar, gozando de melhor situação financeira e aspirando a tornar-se um dia ele também, um aparador.

Mas os lucros maiores, na realidade, pertencem aos aparadores, comerciantes que têm geralmente vários marreteiros trabalhando para eles sob "compromisso" e que funcionam, também, como "armadores" (nome que recebem os donos de embarcações de pesca, que não trabalham como pescadores). Esses comerciantes (armadores, aparadores) servem, por outro lado, como "aviadores" do pescador na cidade de Vigia, sendo, por isso, aqueles que mais se beneficiam da produção pesqueira do Município. O lucro de marreteiros e aparadores varia, outrossim, em função da maior ou menor quantidade de peixe que está sendo capturada, não só no Município de Vigia, como também nos municípios vizinhos e, mesmo, em locais relativamente distantes, como Icoaraci e Mosqueiro.

O pescador, entretanto, é quem menos ganha. Depois de uma semana inteira no mar, se a pescaria foi feliz, ele retorna com algum dinheiro, que muitas vezes é gasto inteiramente no sábado, ao pagar suas dívidas no comércio, fazer algumas compras e tomar uma boa bebida. O pescador normalmente vende seu peixe a um único marreteiro, que é considerado seu "freguês". Quando isso não é possível, o peixe é vendido a qualquer marreteiro que esteja interessado na compra. Se ele não consegue vender o peixe fresco no mar, restam-lhe duas opções: salgar o peixe ou seguir o mais rápido que possa até a cidade, a fim de vendê-lo diretamente. Pode acontecer que não consiga seguir nenhum desses dois caminhos, por falta de sal ou de vento e, nesse caso, todo o seu trabalho fica perdido, pois o peixe se estraga e tem de ser lançado no mar.<sup>7</sup>

## CONCLUSÕES

Procuramos traçar, ao longo deste trabalho, em seus elementos essenciais, a caracterização do sistema produtivo de uma comunidade rural voltada para a pesca e a agricultura, como atividades mutuamente complementares. Não poderíamos, também, esquecer as articulações desse sistema com o modo de produção capitalista dominante, que se expande na Amazônia, con-

---

<sup>7</sup> Além da falta de vento, que pode ser considerado um acidente menos grave, o pescador está sujeito a outros, que não são raros: a rede que se rasga e se perde, total ou parcialmente, acidentes pessoais (ferroada de arraia e outros peixes, ferimentos, fraturas); e mesmo naufrágios, nos quais às vezes se perde a canoa, os utensílios de pesca e até a vida. A volta para a terra, no fim da semana, é sempre um acontecimento auspicioso para a família e para o próprio pescador.

siderando, de um lado, a parcela do produto da pesca artesanal que é extraída para o abastecimento dos centros urbanos e, de outro, a presença de empresas capitalistas de pesca (com sede em Belém), que atuam em áreas próximas à do pescador vigiense, estabelecendo uma concorrência à sua produção. Com relação a estas empresas, que trabalham com redes de arrastão, trazendo graves prejuízos à fauna marinha, há queixas generalizadas de pescadores e armadores do Município. O fato de que o peixe capturado pelo pescador de Itapuá tanto pode ser consumido pelo grupo doméstico como comercializado, em proporções variáveis, implica uma característica de alternatividade que é própria da produção camponesa e faz parte, como aspecto crucial, da lógica do sistema (Garcia 1976; Woortmann 1978). Quanto à produção agrícola, embora não possua essa mesma característica, já que é totalmente consumida, a mesma constitui a base alimentar de sustentação da família do produtor, que permite a transformação de uma parcela do pescado em valor de troca.

Por isso, a remuneração e a reprodução da força de trabalho se faz então através de uma estratégia que combina o auto-consumo e a comercialização, o que, se por um lado obriga o produtor a participar de uma economia de mercado, por outro não permite que ele permaneça inteiramente à mercê desse mesmo mercado, conferindo um certo grau de autonomia ao seu sistema produtivo.

Não obstante, a sua participação no mercado como produtor de mercadoria pode, às vezes, ser complementada por uma outra estratégia, que consiste na venda direta de sua força de trabalho. São relativamente frequentes os casos de pescadores que buscam trabalho fora, dirigindo-se a Castanhal, Belém, Icoaraci, Macapá e outros lugares, onde se empregam como mão-de-obra não especializada em empresas de pesca (operários das fábricas de beneficiamento do pescado para exportação), de transporte (cobradores de ônibus), de construção civil, etc. Esta busca de trabalho assalariado é justificada por eles como uma tentativa de melhoria de suas condições de vida, já que não vêem "futuro" na pesca e desejam, em centros populacionais maiores, tentar estabelecer-se, visando a obter melhor educação para os filhos, a fim de que estes possam escapar do "destino" que os aguarda se continuarem vivendo em Itapuá: o de ser pescador.

Ao procurar trabalho assalariado fora, o homem geralmente deixa a mulher e os filhos em Itapuá, mantendo sua casa e sua roça (que continua provendo parte do necessário para o sustento da família) e visitando a comunidade de tempos em tempos. Isto garante uma base que lhe permite retornar em caso de necessidade, na hipótese de ficar momentaneamente sem emprego, ou de desistir de sua busca de trabalho na cidade, retomando a atividade de pescador.

Dessa forma, a articulação do sistema produtivo de Itapuá com o regime capitalista envolvente ocorre sobretudo através da exigência da venda de uma parcela do produto da pesca, que é comprado a baixos preços, em virtude de todo um sistema de intermediação vigente, implicando a extração de sobretrabalho, na medida em que o pescador necessita de outros produtos, que devem ser comprados com dinheiro, para atender às suas necessidades

de consumo. Mas ela também se processa, em menor grau, pela exploração direta da força de trabalho do pescador, que eventualmente se transforma em trabalhador assalariado, deixando pois de ser um produtor autônomo, para tornar-se um produtor de mais-valia para o capital, separado de seus próprios meios de produção.

## AGRADECIMENTO

Agradecemos aos pesquisadores que leram e discutiram o trabalho original, contribuindo com sugestões valiosas: Napoleão Figueiredo, Jean Hébertte, Iraci Gomes Palheta, Alfredo Wagner de Almeida e João Pacheco de Oliveira Filho, o que não significa distribuir responsabilidades pelos erros e omissões aqui apresentados.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- FORMAN, S. 1972. *The raft fishermen: tradition and change in a Brazilian peasant economy*. Bloomington, Indiana University Press.
- GARCIA, A. 1976. *Terra de Trabalho*. Rio de Janeiro, Museu Nacional, Tese de Mestrado.
- GODELIER, M. 1974. Hierarquia nas sociedades primitivas e antropologia econômica. In: AGUIAR, N. (ed.) *Hierarquia em classes*. Rio de Janeiro, Zahar, p. 77-94.
- IDESP. 1968. *Aspectos tecnológicos e biológicos da pesca na Vigia*. Belém. (Estudos Paraenses, 13).
- MATTA, R. & OLIVEIRA, R.C. 1974. *Hábitos alimentares em grupos sociais de baixa renda*. Proposta de pesquisa apresentada à FINEP.
- MAUÉS, M.A.M. & MAUÉS, R. H. 1976. *Hábitos e crenças alimentares numa comunidade de pescadores*. Brasília. Relatório apresentado à FINEP.
- PEIRANO, M.G.S. 1975. *Proibições alimentares numa comunidade de pescadores*. Brasília, Universidade de Brasília, Tese de Mestrado.
- SISKIND, J. 1978. Kinship and mode of production. *Am. Antropol.* 80:860-872.
- VELHO, O.G. 1977. *Introdução ao relatório do grupo de pesquisa do Museu Nacional*. (Projeto hábitos alimentares em camadas de baixa renda). Rio de Janeiro, Museu Nacional.
- WOORTMANN, K.A.A.W. 1978. *Hábitos e ideologias alimentares em grupos sociais de baixa renda*. Relatório final. Brasília, UNB/Departamento de Ciências Sociais. Programa de Pesquisas, Convênio FINEP/UNB/UFRJ.

Recebido em 04.01.89  
Aprovado em 16.02.90

OK

CDD: 639.313  
639.96

## CARACTERÍSTICAS GERAIS E PROBLEMAS DA PESCA AMAZÔNICA NO PARÁ<sup>1</sup>

Lourdes Gonçalves Furtado<sup>2</sup>

**RESUMO** - A Amazônia, por suas condições hidrográficas, apresenta três áreas que propiciam a exploração dos recursos naturais ictiológicos disponíveis: o mar, os rios e os lagos, possibilitando as pescas marítimas ou costeiras e flúvio-lacustres, tradicionalmente exploradas pelos pequenos produtores artesanais.

A partir da década de 70, implantou-se, no Pará, o parque industrial pesqueiro sob a égide dos recursos oriundos da política de incentivos fiscais para a Amazônia, iniciando-se, efetivamente, a pesca industrial em áreas de alto mar, não alcançáveis pelos pescadores artesanais devido à simplicidade de tecnologia que eles detêm, incompatível com viagens a longa distância e tempo de permanência. Daí, diversificou-se, no Pará, o setor pesqueiro, do ponto de vista técnico-social: de um lado o artesanal e, de outro, o industrial, ambos necessários para a economia do Estado e da região, porém, desigualmente aquinhoados no que tange a estímulos financeiros oficialmente definidos.

Neste artigo se apresentam as características desse setor, enfatizando-se os problemas. Os dados sustentam-se em pesquisa de campo e bibliografia, como parte de um estudo mais amplo que procura dar conta da organização social e do processo de mudanças na atividade pesqueira nas regiões interiores do Pará, tendo como ângulo de análise a região do médio rio Amazonas. Como tal, o assunto deste artigo é um dos capítulos da monografia apresentada à Universidade de São Paulo (USP), como tese de doutorado, em novembro de 1989.

Os principais temas aqui tratados relacionam-se à vocacionalidade da região para as atividades pesqueiras, às lacunas existentes no conhecimento sobre os estoques pesqueiros, às características gerais do setor pesqueiros artesanal e suas dificuldades. Ilustrações e mapas acompanham a descrição apresentada.

**PALAVRAS-CHAVE:** Pesca artesanal, Pesca flúvio-lacustre, Pesca amazônica, Política pesqueira, Pesca predatória.

<sup>1</sup> Versão preliminar apresentada na monografia Pescadores do rio Amazonas como tese de Doutorado na Universidade de São Paulo/USP, em novembro de 1989.

<sup>2</sup> SCT-PR/CNPQ. Museu Paraense Emílio Goeldi. Deptº de Ciências Humanas.